

A Economia da Concorrência Imperfeita de Joan Robinson: uma interpretação

Claudia Heller*

Introdução:

A participação de Joan Robinson na "revolução keynesiana" é indiscutível, seja na formulação das suas idéias centrais (durante o "Cambridge Circus"), seja posteriormente, através dos seus trabalhos de divulgação, esclarecimento e defesa da *Teoria Geral do Emprego, dos Juros e da Moeda*.

O objetivo deste trabalho é destacar um aspecto muito pouco explorado do livro *A Economia da Concorrência Imperfeita* de Joan Robinson. Embora o livro seja - corretamente - considerado um marco importante na história do pensamento econômico contemporâneo (especialmente no que diz respeito à análise do equilíbrio parcial), a literatura econômica raramente o relaciona à "revolução keynesiana". Aqui procura-se mostrar que, além de se constituir numa alternativa à teoria da concorrência imperfeita no âmbito da análise do equilíbrio parcial, o livro também apresenta idéias importantes relacionadas à questão do des(emprego), que, em última instância, era o tema central da *Teoria Geral*.

1. A Economia da Concorrência Imperfeita e a análise do equilíbrio parcial

Em *A Economia da Concorrência Imperfeita*, o objetivo explicitado pela Autora é o de apresentar "uma caixa de ferramentas" inspirada nas críticas de Sraffa (1926) à teoria da concorrência perfeita, ou seja, de "*desenvolver sua fértil sugestão de que toda a teoria do valor deve ser analisada em termos da análise do monopólio*". (Robinson, 1969a: xiii).

Esta é uma das passagens mais citadas e tem servido de base à interpretação mais comum deste livro, como é o caso das de Shackle e de Loasby, para quem a importante conclusão de Joan Robinson, nesta obra, é a de que é necessário e possível abandonar de forma radical o postulado da concorrência perfeita e adotar o pressuposto de estruturas de mercado com características monopolísticas. O termo "radical" se refere à substituição completa de um pelo outro.

Shackle identifica nesta obra de Joan Robinson uma das alternativas que surgiram, dentro dos marcos da análise do equilíbrio parcial, como resposta ao "dilema" de Sraffa, que eram, por um lado, o monopólio, e, por outro, a concorrência perfeita:

"O dilema de Sraffa primeiramente apareceu como uma simples questão: o que limita o tamanho da firma se os custos por unidade da produção física diminuem a cada aumento da quantidade produzida? Sraffa encontrou a pista em Marshall: as quantidades de produção aumentadas somente podem ser vendidas a preços por unidade que diminuem mais rapidamente do que o custo da produção física, conforme aumenta a produção. Dois caminhos se abriam àqueles que queriam seguir esta sugestão. Poder-se-ia argumentar que a teoria do monopólio tinha sido fornecida por Cournot e se, nas palavras de Sraffa, era 'necessário ... abandonar o caminho da competição livre e se voltar ... para o monopólio', era somente necessário se confiar no trabalho de Cournot ou, no máximo, seguir seu exemplo e utilizar a análise matemática nas condições monopolistas. Seguindo esta orientação, Yntema, de fato, apresentou uma teoria da firma concisa, incisiva e quase completa, paralela à de Cournot, mas usando a diferenciação com relação à quantidade produzida em vez de com relação ao preço. O outro caminho consistia em encontrar, elemento por elemento, uma contrapartida do modelo da firma fornecido pela teoria da competição perfeita. Este segundo caminho, que consiste na demolição, peça por peça, e na substituição do modelo perfeitamente competitivo, era, num certo sentido, mais árduo, pois em vez de 'dar passos livres num terreno inexplorado', o explorador tinha um campo atravancado pela teoria existente. O explorador que abriu este caminho foi Harrod e quem o transformou

numa auto-estrada foram Joan Robinson e Kahn no papel de seu conselheiro". (Shackle, 1967: 27-28, ed. bras.).

A interpretação de Loasby também está referida a alternativas excludentes. Para ele, porém, as alternativas são mais abrangentes. Segundo Loasby, a crítica de Sraffa dizia respeito, em primeiro lugar, à consistência interna do "paradigma" da concorrência perfeita¹, e em segundo lugar, à sua utilidade, *vis-à-vis* paradigmas alternativos, como seria o do monopólio.

Para Loasby, o monopólio, embora já se fizesse presente em Marshall - e como lembra Shackle, foi sugerido por Cournot -, teria sido o modelo adotado em detrimento do modelo da concorrência. Isto seria uma prova de que o critério que vigora na escolha de paradigmas é o de suas vantagens comparativas, pois "*... o custo de abrir mão da análise do equilíbrio parcial estático em termos da teoria existente a ser descartada, era muito superior ao custo da desistência da concorrência perfeita, e os ganhos, em termos de uma teoria alternativa pronta a ser explorada, muito menores*". (Loasby, 1971: 873).

Mesmo sem entrar no mérito do debate em torno da caracterização da concorrência perfeita como "paradigma", deve-se ressaltar - seguindo o raciocínio de Loasby - que a escolha de Joan Robinson teria sido a de abandonar o "paradigma" da concorrência perfeita e adotar o contrário, o da concorrência imperfeita (preservando a abordagem da análise do equilíbrio parcial). Neste sentido, a escolha da Autora foi inversa à de Hicks, cuja opção a favor da teoria do equilíbrio geral o levou a preservar o paradigma da concorrência perfeita².

Shackle também ressaltava a importância da concorrência perfeita para a análise geral e para o método dedutivo:

"[A concorrência perfeita] unifica cada mercado no qual ela vigora; e visto que o mercado de qualquer dado fator de produção uniforme pode ter a mesma extensão de toda a economia, o pressuposto da competição perfeita geral, tanto nos mercados de produto quanto nos de fatores, permite que o equilíbrio geral de toda a economia seja definido de maneira suficientemente simples, possibilitando assim um estudo da existência ou não existência, tanto num sentido lógico como matemático, de soluções que constituiriam tal equilíbrio. A renúncia do pressuposto da competição perfeita implicava colocar em risco de desintegração a teoria do valor e mesmo toda a estrutura da economia como um sistema dedutivo". (Shackle, 1967: 25-26, grifos no original).

Outras interpretações importantes são um pouco diferentes. Schumpeter, por exemplo, considera que o grande mérito de Joan Robinson, nesta obra, foi o de ter conseguido construir um arcabouço analítico capaz de incorporar de forma coerente toda e qualquer estrutura de mercado. Neste sentido, para Schumpeter, trata-se de uma alternativa compatível, complementar e principalmente unificadora das "estruturas de mercado", constituindo-se assim num marco geral de análise do equilíbrio parcial. Schumpeter considera que a importância de *A Economia da Concorrência Imperfeita* reside principalmente em ter permitido que "*...toda a análise do processo de [determinação do] preço adquirisse uma unidade inesperada cobrindo os casos limites da concorrência perfeita e do monopólio perfeito, deixando de ser a colcha de retalhos que vinha sendo por tanto tempo*". (Schumpeter, 1934: 252)³.

O principal instrumental utilizado por Joan Robinson e ressaltado por Schumpeter, é a curva de demanda negativamente inclinada, que origina a de receita média e de receita marginal. Seu principal efeito, além de dar unidade à análise dos

* Professora do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências e Letras. UNESP/Araraquara.

1. O conceito de "paradigma" utilizado por Loasby apoia-se explicitamente em Kuhn (1962).

2. Veja-se Hicks (1939: 75, ed. bras.).

3. A referência à "colcha de retalhos" diz respeito aos vários "modelos" de estrutura de mercado (Marshall, Edgeworth e Chamberlin), construídos com a preocupação de determinar preços e quantidades em condições de equilíbrio.

mercados e da formação dos preços, foi o de permitir a simetria ao esquema da oferta e demanda.

O debate em torno da abrangência de *A Economia da Concorrência Imperfeita* enfrenta, por um lado, a questão de se o livro constitui ou não uma alternativa aos modelos tradicionais de concorrência perfeita e monopólio; por outro lado, discute a possibilidade do desenvolvimento da análise do equilíbrio parcial, libertada das amarras da concorrência perfeita. Mas há ainda uma outra controvérsia, que gira em torno da sua originalidade, seja frente aos precursores (como Cournot, Marshall e Pigou), seja com relação a seus contemporâneos (e em particular à obra de Chamberlin⁴). Estes temas - da abrangência e da originalidade do livro de Joan Robinson - embora diferentes, por vezes se confundem.

Assim, é interessante anotar a avaliação de Galbraith, por exemplo. Para este Autor, Joan Robinson apoia-se pesadamente em Sraffa, enquanto Chamberlin, em *A Teoria da Concorrência Monopolista*, teve uma gênese mais independente. Mesmo assim, ambos respeitaram a sólida tradição da análise marshalliana do equilíbrio parcial. O grande defeito do livro de Chamberlin, segundo Galbraith, foi o de não ter encontrado uma solução determinada para o equilíbrio do oligopólio, pois mesmo sob o critério da maximização dos lucros, o padrão de comportamento individual e as soluções de mercado resultantes são quase infinitas em quantidade. Por este motivo, para Galbraith a contribuição de Chamberlin não chega a se constituir numa teoria do oligopólio, mas apenas em um pequeno conjunto de exemplos, e neste sentido é comparável à obra de Edgeworth e de Cournot, que padecem do mesmo "defeito". Apenas Cournot ficaria isento destas críticas, por ter sido capaz de construí-la a partir de um dos extremos (o monopólio) até o extremo oposto (a concorrência perfeita)⁵.

A originalidade de *A Economia da Concorrência Imperfeita*, em particular quanto aos seus precursores, é questionada por alguns autores. Alguns, como Maricic, não apenas defendem a riqueza da obra de Marshall como a de Pigou, pois o fato de se "... identificar a firma em equilíbrio à firma representativa marshalliana, não excluía, no entanto, a existência empírica de uma pluralidade de empresas individuais caracterizadas por curvas de custo diferentes. E.H. Chamberlin e J. Robinson supuseram que o setor era composto exclusivamente por firmas em equilíbrio dotadas de curvas de custo idênticas". (Maricic, 1988: 15). Whitaker, por sua vez, é um autor que defende Marshall mas critica Pigou - e indiretamente também Joan Robinson, pois considera que *A Economia do Bem-Estar* (de Pigou) "*foi a influência dominante no livro de Joan Robinson*" (Whitaker, 1989: 171).

A influência de Pigou é inquestionável e reconhecida pela própria Autora: na introdução à primeira edição do volume I de seus *Collected Economic Papers*, Joan Robinson faz uma autocritica por ter seguido os passos - errados - de Pigou, a partir da crítica de Sraffa:

4. Trata-se do livro publicado em 1933, intitulado *The Theory of Monopolistic Competition - A Re-orientation of the Theory of Value*, cujas idéias, a rigor, haviam sido desenvolvidas anteriormente, em sua tese de doutoramento defendida em Harvard, em 1927. Ao contrário de Chamberlin, Joan Robinson jamais brigou pela originalidade de sua obra *vis-à-vis* a de Chamberlin. Pelo contrário, chega a reconhecer que "*em muitos aspectos, os pressupostos do Prof. Chamberlin eram mais interessantes que os meus, em particular aqueles relacionados com o oligopólio e a diferenciação de produtos como um processo dinâmico*". (Robinson, 1953, CEP2: 222, n1), ou que "*várias questões que Chamberlin levantou, tais como a diferenciação deliberada de produtos como forma de concorrência, eram mais interessantes que as minhas*" (Robinson, 1977c, CME: x), ou ainda que "*os pressupostos do Prof. Chamberlin, em alguns aspectos, eram mais realistas que os meus, embora ele não quisesse deles retirar conclusões realistas*". (Robinson, 1979, CEP5: 114). Embora a originalidade seja em geral discutida em torno do livro de 1933, a curva de demanda negativamente inclinada já aparece em "*Imperfect Competition and Falling Supply Price*" (1932).

5 Neste caso, ao contrário da opinião de Schumpeter, para Galbraith Joan Robinson não teria sido nada original. Nesta mesma linha de interpretação, é importante lembrar uma outra, muito comum nos livros-texto de microeconomia: nestes, considera-se, freqüentemente, que tanto a concorrência imperfeita quanto a monopolista constituem "casos intermediários" entre a concorrência perfeita e o monopólio.

"Quando voltei a Cambridge em 1929 e comecei a ensinar, as palestras de Sraffa penetravam nossa insularidade. Ele estava, calmamente, cometendo o sacrilégio de apontar as inconsistências em Marshall (também seu artigo de 1926 ainda reverberava) e ao mesmo tempo revelava a existência de outras escolas (ainda que não fossem melhores). Os mais velhos reagiram defendendo Marshall o melhor que podiam, mas a geração mais jovem não se deixava convencer. A profunda inconsistência entre a base estática e a superestrutura dinâmica tinha se tornado óbvia demais.

Neste ponto, me parece agora que eu tomei o rumo errado. O Professor Pigou havia transformado o cerne da análise de Marshall num sistema lógico de teoria estática (para fazê-lo, ele introduziu a idéia de tamanho ótimo da firma, como uma maneira de salvar a concorrência das economias internas). Ao invés de abandonar a análise estática e tentar me entender com a teoria do desenvolvimento de Marshall, eu segui Pigou e formulei a *Economia da Concorrência Imperfeita* sob pressupostos estáticos". (Robinson, 1951, CEP1: vii-viii, grifos nossos).

Em outro artigo, denominado "What are the Questions?" (e que empresta seu título à última coletânea de seus trabalhos), Joan Robinson faz a crítica a Pigou e a defesa de Marshall:

"A.C. Pigou foi um leal discípulo de Marshall e bastante ignorante no que se refere à indústria. Por isso ele construiu a curva de custo médio de uma firma em forma de U, mostrando economias de escala até um certo tamanho e custos crescentes para além deste tamanho. A firma de Pigou num mercado perfeitamente competitivo sempre vende o volume de produção que maximiza seus lucros, isto é, a quantidade para a qual um pequeno aumento da produção faria com que o custo marginal se tornasse superior ao preço...

No mundo de Marshall, no entanto, os lucros se referem à 'habilidade empresarial de comandar o capital'; as firmas bem sucedidas retêm parte dos seus lucros para investir na expansão de suas atividades, e quanto maior o capital de que dispõem, mais fácil é tomar empréstimos. É absurda a concepção de que quando a firma realiza mais do que lucros normais fica esperando a entrada de concorrentes e retorna ao seu tamanho ótimo...

Se a teoria de Marshall tivesse sido considerada meritória em termos de sua hipótese, logo se veria que a saída para este dilema era oposta à proposta por Pigou". (Robinson, 1977a, FCM: 11-12, grifos nossos).

As duas passagens resumem a trajetória seguida pela Autora no que se refere à análise da concorrência: tendo partido de um arcabouço da análise estática (reconhecidamente pigouviano), na obra de 1933, ela chega a uma visão dinâmica de crescimento das empresas e das inovações, que se poderia *lato sensu* qualificar de schumpeteriano (inclusive pela distinção que faz entre os conceitos de "invenção" e de "inovação", embora às vezes os utilize como sinônimos). De passagem, tem uma visão do "oligopólio" e de estratégias de concorrência que não implicam a monopolização total mas pelo contrário, o surgimento de nichos de mercado⁶.

Mas é preciso reconhecer que a obra de 1933 ainda tem aspectos claramente ortodoxos. Estes se refletem, em particular - e segundo a Autora - no fato da análise ter sido feita com base no equilíbrio estático. Em seu prefácio à segunda edição de *A Economia da Concorrência Imperfeita*, Joan Robinson afirma: "*Toda a análise, que na realidade consiste de comparações de posições estáticas de equilíbrio, está mascarada para aparentar a representação de um processo que ocorre ao longo do tempo*". (Robinson, 1969a: vi). Ou no artigo intitulado "Thinking about Thinking":

"[*A Economia da Concorrência Imperfeita*] era pré-keynesiana e tem como base um disparate - ela confunde comparações de possíveis posições alternativas de equilíbrio com a análise de um processo que ocorre no tempo. Eu postulei que

6 Este aspecto está desenvolvido em Heller (1996)

cada firma produtora se defronta com uma curva de demanda para seu próprio produto, que mostra quanto poderia ser vendido a vários preços, e que a firma descobre sua posição e forma por tentativa e erro. Para que isso seja factível, a curva de demanda deveria ficar rigidamente fixa por um período de tempo suficientemente longo para que as firmas pudessem descobri-la, e as experiências de elevar e reduzir o preço para determinar a resposta das vendas teriam que ter um custo negligenciável e não causar qualquer reação no comportamento dos clientes da firma". (Robinson, 1979, CEP5: 112)

A "estática" em contraposição à "dinâmica" (em especial a formulada por Kalecki) é o motivo pelo qual, segundo Feiwel, Joan Robinson passou a rejeitar *A Economia da Concorrência Imperfeita*.⁷ A influência de Kalecki é amplamente reconhecida pela própria Autora. No que se refere especificamente à utilização de um pressuposto típico da análise "micro" na análise "macro" - isto é, do grau de monopólio na distribuição da renda - deve-se registrar a seguinte passagem na introdução que a Autora escreve ao livro de Kalecki intitulado *Essays on Developing Economies* (1976), na qual reconhece o "grau de monopólio" como uma característica da concorrência imperfeita, entendida num sentido amplo:

"Kalecki levou em conta a concorrência imperfeita. A razão entre margens brutas e custos diretos, no setor manufatureiro, tende a ser menor quanto mais intensa for a competição entre as firmas. A participação relativa do lucro bruto no valor adicionado depende do 'grau de monopólio', enquanto que o montante de lucro realizado no período de um ano depende do gasto capitalista. Pode-se incluir todos os tipos de reservas e complicações em seu modelo, mas sua forma mais simples expõe a relação essencial entre o princípio da demanda efetiva e a distribuição da renda". (Robinson, 1976: 8, grifos no original).

Ingrid Rima também ressalta a influência de Kalecki sobre Joan Robinson, mas enfatiza o princípio da determinação dos preços, ao considerar que *A Economia da Concorrência Imperfeita* relaciona-se ao que denomina "*a outra face da revolução keynesiana*", isto é, a proposição de que numa economia industrial o nível de preços é governado pelo nível das taxas monetárias de salário, "... *apenas do ponto de vista do conceito de elasticidade da demanda que Robinson adotou de Kalecki, como base da teoria de que os preços são formados pelo mark-up sobre custos primários*". (Rima, 1991b: 197).

O que é particularmente importante, é que Rima é uma das poucas intérpretes de Joan Robinson que destaca o papel do mercado de trabalho na obra da Autora:

"Embora Robinson tenha se desencantado com a utilidade das teorias da concorrência imperfeita (e monopolista) para tratar de questões relativas às decisões empresariais sobre preços e produção, e tenha criticado, especialmente, o conceito de elasticidade da demanda como um instrumento útil, estas mesmas reservas levaram-na a reconhecer o papel singular do mercado de trabalho em economias capitalistas e que as taxas salariais relacionam a teoria do valor à teoria do emprego". (Rima, 1991b: 207, n17).

Mesmo os intérpretes que reconhecem outras características heterodoxas neste livro de Joan Robinson, não exploram a contribuição que aqui se quer ressaltar em *A Economia Da Concorrência Imperfeita*: trata-se da descrição do funcionamento do "mercado de trabalho" em regime de monopólio (e/ou monopólio), considerado não no sentido formal e puro como contraposto à concorrência, mas sim incorporando características monopolistas típicas da concorrência imperfeita, gerando situações de

7. Veja-se, por exemplo, suas autocríticas, como Robinson (1953 e 1958).

"exploração do trabalho" - para as quais a Autora oferece sugestões de atuação governamental⁸.

2. A Economia da Concorrência Imperfeita e a "revolução keynesiana"

A construção de uma estrutura de mercado em concorrência imperfeita serve, de acordo com outras interpretações que destacam o ponto que aqui se quer ressaltar, para o desenvolvimento de uma *"teoria da exploração do trabalho em virtude da imperfeição do mercado"*. (Edwards, 1933: 684).

Kaldor, em sua crítica ao livro de Joan Robinson, tece comentários gerais sobre as diferenças entre o caráter da "exploração monopolista" e a "exploração monopsonista". Embora não chegue a destacar o mercado de trabalho como principal objeto da análise de Joan Robinson, chama a atenção para as particularidades que decorrem da aplicação da noção destes dois tipos de "exploração" quando o mercado de que se trata é justamente o mercado de trabalho:

"Existem ... diferenças do ponto de vista da política econômica, uma vez que os efeitos da exploração monopolista do trabalho são inevitáveis, enquanto que a exploração monopsonista, por outro lado, pode ser compensada com a ajuda da negociação coletiva... No entanto, seria errado apoiar-se demasiadamente sobre este argumento específico no que se refere à política sindical, pois é difícil imaginar casos em que a exploração 'monopsonista' - e não 'monopolista' seja ainda considerável". (Kaldor, 1934: 338-339).

No entanto, mesmo quando se destaca a noção de "exploração do trabalho" na análise de *A Economia da Concorrência Imperfeita*, esta idéia é tratada nos marcos neoclássicos tradicionais. Para Bishop, por exemplo, a idéia de "exploração" pode igualmente ser entendida como ineficiência alocativa, pois a sub-remuneração dos fatores independe do tipo de fator de que se trata (se o mercado de trabalho ou de matérias primas, por exemplo). A ênfase no mercado do fator trabalho seria, neste caso, segundo o Autor, um viés de Joan Robinson, e as definições da Autora não explicitariam se se referem a questões de eficiência alocativa (problemas econômicos *stricto sensu*) ou de justiça na distribuição da renda (uma questão ideológica), ou ambos. Na verdade, a conclusão de Bishop é a de que a *"... quase exclusiva preocupação com o trabalho enquanto vítima da exploração sugere que se tratava principalmente da injustiça"*. (Bishop, 1989: 199)⁹.

Do ponto de vista aqui defendido, não se trata meramente de uma questão de eficiência da alocação dos recursos (escassos), mas da própria existência de "imperfeições", dentre as quais se destaca o fato de que nem a demanda por um bem é sempre perfeitamente elástica - que vem a ser precisamente o que define um mercado imperfeito - nem a oferta de fatores (inclusive o "fator" trabalho) é perfeitamente elástica. Joan Robinson define exploração como *"um estado de coisas no qual o salário de um fator é inferior ao valor do seu produto marginal"* (Robinson, 1933a: 310). Além disso, distingue dois tipos de exploração: a monopolista, que ocorre *"quando a curva de demanda por um bem não é perfeitamente elástica"* (Robinson, 1933a: 311) e a monopsonista, que surge *"quando a curva de oferta de um fator não é perfeitamente elástica para um empregador individual"* (Robinson, 1933a: 311). Um aspecto interessante é que a "semi-exploração" se associa à existência de barreiras à entrada, isto

8 No livro *Essays on the Theory of Employment*, Joan Robinson discute, em vários dos ensaios, as diferentes alternativas de políticas de emprego. Este aspecto de sua obra encontra-se detalhado em Heller (1996). Um bom exemplo de interpretação que embora "heterodoxa" não destaca a ênfase dada por Joan Robinson ao mercado de trabalho é a de Harcourt (1979), para quem a construção de Joan Robinson pode ser vista como um ponto de partida para a elaboração da "teoria da firma".

9. Há ainda outros autores que discutem o caráter ideológico da definição de exploração dada por Joan Robinson. Veja-se, por exemplo, Asimakopulos (1984).

é, ocorre em mercados de fatores e/ou de produtos, perfeitamente competitivos, mas em que não há livre entrada¹⁰.

A principal conclusão (ou implicação) é a de que a exploração monopolista do trabalho não é eliminável pela elevação dos salários. A relação que existe entre o conceito de exploração e a liberdade de entrada deriva da idéia de que a restauração do nível normal dos lucros (redução dos lucros extraordinários) mediante uma elevação dos salários resulta em um preço maior para o bem e menos emprego, no ramo de atividade, ao contrário do ajuste que ocorreria mediante a entrada de novos concorrentes, pois isto expande a produção, reduz os preços e gera emprego.

A identificação que aqui se faz, do mercado de trabalho como objeto privilegiado de análise, apoia-se na própria Autora. No prefácio à segunda edição de *A Economia da Concorrência Imperfeita*, Joan Robinson ao mesmo tempo em que resgata a importância de seu livro, a despeito de sua autocritica, lamenta não ter sido entendida:

"O que para mim era o ponto principal, é que obtive sucesso em provar, nos marcos da teoria ortodoxa, que não é verdade que os salários em geral se igualam ao valor do produto marginal do trabalho. Tudo isso não teve efeito. A concorrência perfeita, a oferta e demanda, a soberania do consumidor e os produtos marginais ainda reinam no ensino ortodoxo. Esperemos que uma nova geração de estudantes, depois de quarenta anos, encontre neste livro o que eu pretendia dizer." (Robinson, 1969a: xii).

Da mesma forma, em seu prefácio ao livro de Kregel (*The Reconstruction of Political Economy - An Introduction to Post-Keynesian Economics*, 1973), Joan Robinson volta ao tema: afirma que tinha por objetivo, em *A Economia da Concorrência Imperfeita*, combater a lógica interna da teoria do equilíbrio estático e refutar, através dos seus próprios argumentos, a doutrina segundo a qual os salários são determinados pela produtividade marginal do trabalho.

Não se discutirá o vazo ideológico supostamente subjacente à definição de exploração do trabalho. Segundo a interpretação aqui proposta, a ênfase da Autora no mercado de trabalho está intimamente ligada às discussões de que participou, e que vieram a constituir a *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, de Keynes. Esta preocupação se manteve ao longo de toda a sua obra, que se caracterizou pela divulgação e principalmente pelo desenvolvimento da revolução keynesiana.

Isto abre uma nova questão, bastante polêmica, que é a da relação entre *A Economia da Concorrência Imperfeita* e a *Teoria Geral*. Feiwei (1989d), por exemplo, chama a atenção para o aparente descaso de Keynes com relação à concorrência imperfeita, bem como sua aparente aceitação dos postulados da concorrência perfeita, e o caráter paradoxal disto, já que tanto a *Teoria Geral* quanto *A Economia da Concorrência Imperfeita* foram escritos no mesmo lugar, na mesma época e por pessoas que tomaram parte ativa do mesmo movimento intelectual, a "revolução keynesiana"¹¹.

Neste sentido, é particularmente interessante reproduzir trechos da correspondência entre Keynes e Joan Robinson, que giram em torno da relação entre concorrência imperfeita e capacidade ociosa¹².

Keynes, em carta escrita em 04 de fevereiro de 1941, criticava (entre outros pontos) o pressuposto que Kalecki adotara em seu artigo intitulado "A Theorem on

10. Veja-se Feiwei (1989e).

11. Há, nos arquivos do King's College, em Cambridge, o rascunho datilografado da introdução ao livro da Autora, com correções e sugestões manuscritas de Keynes. A resposta de Keynes à consulta de Macmillan sobre a conveniência ou não da publicação do livro de Joan Robinson mostra que Keynes era menos indiferente ao seu trabalho do que ela supunha. A questão da adoção do pressuposto da concorrência perfeita (ou imperfeita) na *Teoria Geral* não apenas ainda não está solucionada, como retornou ao palco dos debates atuais. Neste sentido, veja-se Marris (1991 e 1995), Sawyer (1992a, 1992b e 1992c), Dutt (1992) e Marcuzzo (1994).

12. Publicados nos *The Collected Writings of John Maynard Keynes* (doravante denominados *CWJK*). Também se encontram nos *Collected Works of Michal Kalecki* (doravante denominados *CWMK*), e parcialmente reproduzidos no apêndice a Feiwei (1989d).

Technical Progress"¹³, de que todas as firmas operam com capacidade ociosa (ou, literalmente, "abaixo da capacidade"). No mesmo dia, Joan Robinson respondia, defendendo Kalecki e argumentando que

"... [o pressuposto da] capacidade ociosa faz parte do conjunto comum de artifícios da teoria da concorrência imperfeita. Dizer que o preço geralmente é superior ao custo direto marginal soa suficientemente como lugar comum, mas isto é realmente a mesma coisa". (CWJMK, XII: 830 ou CWMK, II: 531).

Keynes, em 12 de fevereiro de 1941 retrucou que "*para ser publicado no [The Economic] Journal*", do qual era editor, "*um artigo deve ir além da abracadabra esotérica*". (CWJMK, XII: 830-831 ou CWMK, II: 531). Em 14 de fevereiro, a resposta de Joan Robinson foi vigorosa:

"Devo protestar contra a denominação da *Concorrência Imperfeita* como uma doutrina esotérica. Ela pode ser terrivelmente tola - como você sempre suspeitou - mas para o bem ou para o mal, hoje em dia está em todos os manuais. Sob concorrência imperfeita, há capacidade ociosa mesmo em pleno equilíbrio. Sob concorrência perfeita todas as firmas existentes operam no nível máximo da capacidade, mesmo numa recessão. Isto certamente é mais, e não menos, ridículo". (CWJMK: XII: 831-832 ou CWMK, II: 532).

Estas passagens, ainda que não explicitem se o que estava em jogo é a capacidade ociosa do "capital" ou da "mão-de-obra" (ou ambos), parecem demonstrar que Keynes não reconhecia a importância da relação entre concorrência imperfeita e capacidade ociosa (e entre estas e o progresso técnico)¹⁴. E no entanto, tanto Galbraith (1948) quanto Tobin (1989) encontram, pelo menos implicitamente, o pressuposto de concorrência imperfeita na *Teoria Geral*, estabelecendo uma relação entre a imperfeição do mercado e os efeitos sobre o emprego e o salário real com o desemprego de Keynes, isto é, capacidade ociosa no mercado de trabalho.

Independentemente do quanto Keynes tenha ou não adotado - de modo implícito ou explícito - o pressuposto da concorrência imperfeita em sua análise, o fato é que a preocupação com o desemprego - ou formalmente, com o "mercado de trabalho" - e mais especificamente, com a oferta de trabalho, é constante na obra de Joan Robinson e deriva, indubitavelmente, da sua participação na "revolução keynesiana".

3. A participação de Joan Robinson na "Revolução Keynesiana"

Joan Robinson iniciou suas atividades de divulgação das idéias de Keynes antes mesmo da publicação do seu primeiro livro (ou mesmo da *Teoria Geral*), tomando como ponto de partida as discussões de que participou, em torno do *Tratado Sobre a Moeda*¹⁵.

Os debates, a despeito do curto período em que ocorreram (de janeiro a maio de 1931)¹⁶ foram intensos e ricos, e são considerados, por quase todos os intérpretes, como tendo sido de importância fundamental para a formulação das principais idéias da *Teoria Geral*.

13. Veja-se Kalecki (1941). O artigo, enviado ao editor do *The Economic Journal* em janeiro de 1941, não foi aprovado e acabou sendo publicado na *Review of Economic Studies*, em junho do mesmo ano.

14. Na verdade, o que estava em discussão era a proposição de Kalecki de que o progresso técnico intensivo em capital não reduz, necessariamente, a participação dos salários na renda. A correspondência entre Joan Robinson e Keynes sobre este artigo continuou até março de 1941, e incorporou a participação de Nicholas Kaldor, a quem Keynes pediu uma opinião sobre o artigo. Estas disputas entre Keynes e Kalecki, intermediadas por Joan Robinson, estão relatadas em Heller (1996). O depoimento da Autora encontra-se em "Kalecki and the Economics of Capitalism" (Robinson, 1977b).

15. Para a participação de Joan Robinson no *Cambridge Circus* veja-se, por exemplo, Kahn (1985), Robinson, EAG (1985), Feiwel (1989f), Skouras (1981), CWJMK (vol. XIII: 337-343), além do depoimento da própria Autora em Robinson (1977c).

16. Cf. CWJMK (XIII: 338).

Joan Robinson faz um breve resumo do que considerava ser a questão central que deu origem aos debates em torno do *Tratado Sobre a Moeda*. Tratava-se, basicamente, da ideia de que mudanças no nível geral de preços afetavam os lucros e estes, por sua vez, induziam (ou desencorajavam) a atividade produtiva. A ênfase na determinação do nível geral de preços (em detrimento da determinação de preços relativos, tema considerado como pertencente à teoria da utilidade marginal) era uma maneira de combater a teoria quantitativa da moeda, segundo a qual o aumento dos gastos em consumo e/ou investimento teria como decorrência uma elevação geral de preços¹⁷.

Um dos artigos que representam o início da participação de Joan Robinson na "revolução keynesiana" é o que se intitula "A Parable on Savings and Investments" (1933b), escrito no verão de 1931, antes que Joan Robinson iniciasse sua carreira universitária e tendo como público alvo "*aqueles que não sabem o que pensar, e não aqueles que têm respostas para tudo*"¹⁸. Trata-se de um artigo no qual, à luz do *Tratado Sobre a Moeda* e dos debates no *Circus*, Joan Robinson defendia a posição de Keynes na controvérsia deste com Hayek a respeito da igualdade entre poupança e investimento. No artigo, ela inventa uma parábola, na qual os bens de consumo perecíveis são representados por ervilhas e os bens de capital duráveis são representados por ouro, e mostra como a determinação dos preços dos bens de consumo é diferente da dos bens de capital. O argumento se baseia fundamentalmente na possibilidade - diferenciada - de se especular com estes dois tipos de bens:

"Enquanto houver estoques de bens de consumo disponíveis, e se os especuladores de bens de consumo 'derem uma olhada' em seu preço, o preço será determinado pela curva de oferta especulativa de bens de consumo, e não pelo fluxo corrente da produção. Mas, uma vez que a nova produção representa uma alta percentagem do estoque total no caso dos bens de consumo, esta influência sobre seu nível de preço é relativamente desprezível, enquanto que no caso dos bens de capital tem importância preponderante. Portanto, mesmo que admitamos a existência de especulação de bens de consumo, a diferença entre bens de consumo e bens de capital, ainda que seja apenas de grau, é muito grande. Os estoques de bens de consumo disponíveis para especulação devem ser pequenos, pois são perecíveis e de difícil manutenção. A produção corrente não pode ser mantida fora do mercado por muito tempo, e uma vez que tenham saído das mãos dos intermediários profissionais, o público em geral não os revende. Alguns não podem ser vendidos (como as ervilhas) porque são totalmente consumidos. Outros não são perecíveis, mas são menos fáceis de serem comprados e vendidos em segunda mão do que bens de capital... Os estoques de bens de consumo disponíveis para especulação são portanto relativamente pequenos frente à produção corrente. Os especuladores não podem manter seus preços constantes frente a qualquer variação considerável da demanda, ainda que sua 'opinião' sobre o preço dos bens de consumo se mantenha constante. Uma elevação da demanda exaure rapidamente os estoques, e gera uma elevação dos preços. Uma queda da demanda satura rapidamente a capacidade de manutenção de estoques por parte dos intermediários e gera uma redução do preço. O montante de bens de capital existente, por outro lado, é muito grande relativamente à produção corrente, e todos que já existem de fato são imediatamente comprados ou vendidos. O preço diário dos bens de consumo depende, portanto, em grande parte, da produção corrente, e o preço diário dos bens de capital depende principalmente não da produção corrente, mas dos negócios em títulos de capital produzidos há muito tempo". (Robinson, 1933b: 80-81, grifos nossos).

17 Havia dois tópicos principais em discussão. O primeiro deles relacionava-se à possibilidade de elevação da produção de bens e serviços - sem pressão sobre o nível de preços - a partir do aumento do gasto em consumo, em particular numa situação em que há capacidade ociosa, isto é, em "tempos de desemprego". O segundo tema dizia respeito à relação de igualdade entre poupança e investimento - entendida tanto como uma relação contábil quanto de causalidade, e que se vincula fortemente à formulação do multiplicador.

18. Carta de Joan Robinson a Keynes, 09 de abril de 1932 in *CWJMK* (XIII: 268-269).

O que Joan Robinson queria ressaltar é a diferença entre poupança (não-consumo) que é utilizada para comprar títulos de capital (estoque de riqueza já existente) e poupança (não-consumo) que é utilizada para compra de bens de capital a serem produzidos (investimento, ou fluxo de riqueza). Embora o debate girasse essencialmente em torno do caráter monetário da economia capitalista, explicitando em particular a importância do mercado de capitais (títulos), pode-se perceber, na argumentação da Autora, o reconhecimento de dois critérios diferentes para a determinação de preços, um deles relacionado a produtos cuja elasticidade de oferta é alta e sensível às variações da demanda, e outro referido a produtos cuja oferta é relativamente pouco elástica.

O segundo artigo, também fortemente influenciado pelo *Tratado Sobre a Moeda* e pelas discussões no *Circus* intitula-se "The Theory of Money and the Analysis of Output" (1933c). Também foi escrito antes que Joan Robinson iniciasse sua carreira universitária, e foi publicado em 1933. É um dos textos mais representativos da fase de defesa das idéias expostas na *Teoria Geral*, e por isso merece destaque de importantes intérpretes da obra de Joan Robinson¹⁹. A própria Autora, na introdução à primeira edição do primeiro volume de seus *Collected Economic Papers* destaca que este artigo fora escrito para o primeiro número da nova *Review of Economic Studies*, periódico criado como fórum de discussão pela nova geração de professores da London School of Economics e da Universidade de Cambridge.

Neste artigo, Joan Robinson ampliou o escopo do *Tratado Sobre a Moeda*, da teoria monetária para a teoria da produção, explicitando o que considerava ser um dos elementos essenciais da teoria de Keynes, já que, segundo sua avaliação "... o Sr. Keynes publicou seu livro sob o título Um Tratado Sobre a Moeda... mas não percebeu que o objeto com o qual estava lidando era a Análise da Produção". (Robinson, 1933c, CEP1: 55).

Foi a partir da publicação da *Teoria Geral* que Joan Robinson adicionou à tarefa de explicar e defender, também a de divulgar a "revolução keynesiana", com a preocupação de ampliar o alcance de seus escritos para além do esclarecimento de questões específicas, em direção à construção de um consenso em torno das novas idéias. Não era outro, aliás, o intuito do seu pequeno livro-texto - o qual, na correspondência com Keynes apelidava de *my baby book* - publicado em 1937, de caráter explicitamente didático e intitulado *Introdução à Teoria do Emprego*.

O livro tinha por objetivo apresentar aos estudantes uma versão simplificada dos mais importantes princípios gerais da nova teoria e foi escrito com apoio dos seus próprios *Ensaio Sobre a Teoria do Emprego*. Na segunda edição do livro, em 1947, quase dez anos depois da primeira, Joan Robinson já reconhecia a necessidade de sua atualização, principalmente porque considerava que a experiência da Segunda Guerra Mundial e a então já generalizada aceitação de que o pleno emprego deveria ser objeto de política econômica exigiam novas interpretações das questões colocadas no livro. No entanto, a Autora nunca fez essa atualização - a não ser através de alguns comentários neste sentido, no prefácio à terceira edição - por considerar que isto tornaria seu conteúdo confuso.

No prefácio à terceira edição, intitulado (na versão em português) "Trinta Anos Depois", a Autora considerou que a Segunda Guerra Mundial transformara a posição de Keynes numa nova ortodoxia, representada pela aceitação geral de que um dos principais objetivos dos governos é a manutenção de níveis de emprego altos e estáveis. Na avaliação de Joan Robinson, no entanto, a manutenção de níveis de emprego altos e estáveis era algo muito mais complicado que a redução do nível de desemprego, a partir

19. Para Shackle (1951: 242) o artigo foi uma das importantes contribuições ao desenvolvimento da idéia do multiplicador. Brahmananda (1983: 5) resalta que Joan Robinson esforçava-se, neste artigo, para "atrair a confiança do público para o modo de pensar que vigorava no sistema solar de Cambridge de então, em que o sol era, obviamente, Keynes". Para Turner (1989), foi neste trabalho que Joan Robinson apresentou a nova teoria do emprego. Segundo Szmrecsányi (1983: 273-274) constituiu-se "num prenúncio da abordagem que estava para vir na *Teoria Geral* e nos trabalhos que dela se originaram - uma abordagem que subordinava as variações da moeda e o comportamento dos preços ao nível do emprego e à evolução da demanda efetiva".

de um alto nível inicial - situação na qual a *Teoria Geral* havia surgido e cujas causas pretendia, não apenas equacionar, mas também ajudar a dirimir. Isto porque

"... numa depressão, quando a ortodoxia mantinha a posição de que nada poderia ser feito, era necessário apenas argüir a favor dos gastos de qualquer espécie - pagar homens para fazer buracos no chão seria algo melhor do que não fazer nada". (Robinson, 1969b: 10).

Essa transformação das idéias de Keynes em "ortodoxas" faz parte do que a Autora passaria a chamar de "segunda crise da teoria econômica". Enquanto a primeira crise era aquela que não dava conta de explicar e, conseqüentemente, de reduzir o desemprego, a segunda não dava conta de reduzir a miséria, uma vez que - mesmo com crescimento econômico e alto nível de emprego - a miséria persistia e, associada a ela, colocava-se a questão (considerada por ela "mais moderna") que consistia não mais de "como aumentar o nível de emprego e produto" mas a o que se deveria produzir e que tipo de emprego deveria ser gerado. Há, neste particular, uma opinião expressiva da Autora:

"A segunda crise já está muito avançada. Não considero a 'revolução keynesiana' como um brilhante triunfo intelectual. Muito pelo contrário, ela sobreveio com um atraso trágico. Hitler já havia encontrado um meio de suprimir o desemprego quando Keynes ainda se esforçava para explicar suas causas. Atualmente, somos novamente levados pelos acontecimentos antes mesmo de ter aberto uma verdadeira discussão sobre eles". (Robinson, 1972: 145)²⁰.

De qualquer modo, o que se quer ressaltar é a necessidade que a Autora veria, alguns anos mais tarde, de atualizar a teoria keynesiana, face às mudanças da vida econômica e aos novos problemas econômicos e sociais. Para Joan Robinson, a mera proposição de que o importante é a manutenção do emprego - sem maiores qualificações - havia acabado se tornando um lema conservador.

Conclusão

Em que pese as várias críticas a Joan Robinson pelo fato de ela não ter conseguido escapar do uso da linguagem e do instrumental neoclássicos (o que teria permitido que suas idéias fossem incorporadas pela ortodoxia), ou as críticas segundo as quais *A Economia da Concorrência Imperfeita* era um exercício puramente intelectual²¹, Joan Robinson sempre esteve preocupada com os problemas reais - e particularmente com o desemprego. Numa passagem em que comenta o livro de Shackle, ressalta que muito mais que a preocupação de construir uma nova teoria, estava presente a de entender - e se necessário para tanto, a de construir o instrumental - os fenômenos reais da época:

"George Shackle tratou a 'alta teoria' como um movimento puramente intelectual, mas na verdade ela teve como origem a situação real dos anos trinta: o colapso da economia de mercado a nível mundial durante a Grande Depressão. ...O movimento dos anos trinta foi uma tentativa de levar a análise econômica a tratar de problemas econômicos reais...

...A 'alta teoria' dos anos trinta consistiu na proposição de hipóteses alternativas para substituir as que derivavam da teoria da oferta e demanda de trabalho, que ficou muito desacreditada na recessão". (Robinson, 1977a, CEP5: 1 e 3).

20 Esta, aliás, não foi a única referência às possibilidades de utilização fascista das idéias contidas na *Teoria Geral*. Já em 1938, um dos resenhista do *baby book*, Michael Straight, vira a importância deste livro de Joan Robinson relacionada exatamente com a necessidade de evitar este tipo de mau uso da *Teoria Geral*.

21 Por exemplo, Shackle (1967) e Dow (1980).

Outros testemunhos parecidos são dados por ela, em quase todas as ocasiões em que se refere ao período em que *A Economia da Concorrência Imperfeita* foi escrita, como por exemplo no artigo intitulado "'Imperfect Competition' Today", publicado em 1958:

"Em condições de uma depressão geral e prolongada, a teoria econômica dos livros-texto estava desesperançosamente fora da realidade... O irrealismo [daquela teoria] foi apontado por Piero Sraffa ... [cujo] artigo, ao aparecer em inglês, foi tomado como uma objeção puramente lógica a Marshall e gerou muitos debates sob este ponto de vista... Seu significado maior não foi, em geral, reconhecido, até que as sementes da dúvida sobre a teoria ortodoxa germinassem na atmosfera de descontentamento com a política de *laissez-faire* que prevaleceu na grande depressão". (Robinson, 1958, CEP2: 239-240).

Em termos da "teoria dos mercados", ou "da firma", a questão se traduzia na constatação, por um lado, de que as firmas não operavam a plena capacidade e, por outro, que os preços eram estabelecidos mediante a adição de uma margem de lucro aos custos primários de produção (o princípio do custo total ou normal). O debate que mais tarde recebeu a denominação de "controvérsia marginalista" iniciou-se da tentativa de compatibilizar esta "constatação" empírica com o princípio da maximização dos lucros.

Mas na avaliação de Joan Robinson, a teoria dos preços não era na época a questão mais premente, mas sim a do desemprego:

"[A *Teoria Geral* de Keynes foi] a principal expressão do descontentamento geral com a complacência da teoria econômica dos livros-texto e [cuja] teoria do emprego foi, obviamente, muito mais importante, tanto para a análise, quanto para a política, do que qualquer coisa que dissesse respeito à teoria dos preços individuais". (Robinson, 1958, CEP2: 241)

Talvez porisso, pelo fato de que (ao menos em Cambridge) o que mais causava incômodo era o desemprego, a relação entre a "teoria da concorrência imperfeita" e a "revolução keynesiana" propriamente dita só foi plenamente estabelecida por Kalecki. Na introdução à segunda edição de *A Economia da Concorrência Imperfeita*, Joan Robinson o reconhece explicitamente:

"Foi Michal Kalecki, e não eu, quem aproximou a concorrência imperfeita à teoria do emprego. Ele mostrou que uma elevação das margens de lucro, do tipo das que ocorrem por acordos monopolistas defensivos numa recessão reduzem os salários reais e assim tendem a elevar o desemprego. Ele também estabeleceu a notável proposição de que uma elevação das margens eleva a participação dos lucros no valor do produto reduzindo a participação dos salários, mas que o lucro total de um período de tempo não se eleva. O gasto não se eleva imediatamente, de modo que o principal efeito da elevação dos preços será a redução das vendas com uma receita mais ou menos igual". (Robinson, 1969a: viii).

Embora tenha sido Kalecki quem reuniu a concorrência imperfeita à teoria do emprego de modo consistente, não resta dúvida que a participação de Joan Robinson neste processo iniciou-se com *A Economia da Concorrência Imperfeita*.

Bibliografia

- Asimakopulos, A. (1984): "Joan Robinson et la Théorie Économique" in *L'Actualité Économique, Revue d'analyse économique*, vol. 60, no. 4, dezembro, pp. 521-552.
 Bishop, R.L. (1989): "Imperfect Competition After Fifty Years" in Feiwel (ed.)(1989b): *The Economics of Imperfect Competition and Employment - Joan Robinson and Beyond*, London, Macmillan, pp. 197-211.

- Brahmananda, P.R. (1983): "Joan Robinson, 1904-1983" in *Indian Economic Journal*, 31(1), julho-setembro, vol. 31, pp. 1-24.
- Chamberlin, E.H. (1933): *The Theory of Monopolistic Competition - A Re-orientation of the Theory of Value*, Harvard University Press. 8a. edição, 1962.
- CWJMK, XII: *Articles and Correspondences - Investment and Editorial* in *The Collected Writings of John Maynard Keynes*, vol. XII, London, Macmillan Cambridge University Press for the Royal Economic Society, 1983. (editado por Donald Moggridge).
- CWJMK, XIII: *The General Theory and After - Part I: Preparation* in *The Collected Writings of John Maynard Keynes*, vol. XIII, London, Macmillan St. Martin's Pres for the Royal Economic Society, 1973. (editado por Donald Moggridge).
- CWMK, II: *Collected Works of Michal Kalecki: Capitalism - Economic Dynamics*, (vol. II), Oxford University Press, 1991.
- Dow, S. (1980): "Methodological Morality in the Cambridge Controversies" in *Journal of Post Keynesian Economics*, primavera, vol. 2, no. 3, pp. 368-380.
- Dutt, A (1992): "Keynes, Market Forms and Competition" in Gerrard e Hillard (1992a): *The Philosophy and Economics of J.M. Keynes*, Aldershot, Edward Elgar, pp. 129-148.
- Edwards, C.D. (1933): "Review of Edward Chamberlin, 'The Theory of Monopolistic Competition' and of Joan Robinson, 'The Economics of Imperfect Competition'" in *The American Economic Review*, vol. 23, dezembro, pp. 683-685.
- Feiwei, G.R. (1989d): "Towards an Integration of Imperfect Competition and Macrodynamics: Kalecki, Keynes, Joan Robinson" in Feiwei (ed.)(1989b): *The Economics of Imperfect Competition and Employment - Joan Robinson and Beyond*, London, Macmillan, pp. 3-145.
- Feiwei, G.R. (1989e): "Joan Robinson Inside and Outside the Stream" in Feiwei (ed.)(1989a): *Joan Robinson and Modern Economic Theory*, London, Macmillan, pp. 1-120.
- Feiwei, G.R. (1989f): "Preface" in Feiwei (ed.)(1989a): *Joan Robinson and Modern Economic Theory*, London, Macmillan, pp. xxxiii-lvii.
- Galbraith, J.K. (1948): "Monopoly and the Concentration of Economic Power" in Ellis (ed.)(1949): *A Survey of Contemporary Economics*, Richard D. Irwin, vol. I, pp. 99-128.
- Harcourt, G.C. (1979): "Robinson, Joan" in Sills (ed.)(1979): *International Encyclopaedia of the Social Sciences, Biographical Supplement*, Macmillan, vol. 18, pp. 663-671.
- Heller, C. (1996): *Oligopólio e Progresso Técnico no Pensamento de Joan Robinson*. Tese de Doutorado, Instituto de Economia, UNICAMP, mimeo.
- Hicks, J.R. (1939): *Value and Capital - An Inquiry into Some Fundamental Principles of Economic Theory*, Oxford, Oxford University Press. Ed. bras.: *Valor e Capital: estudo sobre alguns princípios fundamentais da teoria econômica*, São Paulo, Abril Cultural, Col. "Os Economistas", 1984.
- Kahn, R.F. (1985): "The Cambridge Circus (1)" in Harcourt (ed.)(1985): *Keynes and his Contemporaries*, London, Macmillan, pp. 42-51.
- Kaldor, N. (1934): "Mrs. Robinson's 'Economics of Imperfect Competition'" in *Economica*, N.S., agosto, vol. 1, pp. 335-341.
- Kalecki, M. (1941): "A Theorem on Technical Progress" in *The Review of Economic Studies*, junho, vol. 8.
- Kuhn, T.S. (1962): *The Structure of Scientific Revolution*, Chicago, University of Chicago Press.
- Loasby, B.J. (1971): "Hypothesis and Paradigm in the Theory of the Firm" in *The Economic Journal*, no. 324, vol. 81, pp. 863-887.
- Marcuzzo, M.C. (1994): "Kahn and Imperfect Competition" in *Cambridge Journal of Economics*, vol. 18, no. 1, fevereiro, pp. 25-39.
- Maricic, A. (1988): "L'Émergence de l'Économie Industrielle - les fondements marshalliens de l'économie industrielle" in Arena et alli (orgs.)(1988): *Traité d'Économie Industrielle*, Ed. Economica, Paris, pp. 13-21.
- Marris, R.L. (1991): *Reconstructing Keynesian Economics with Imperfect Competition*, Aldershot, Elgar.

- Marris, R.L. (1995): "Yes, Mrs. Robinson! The General Theory and Imperfect Competition"- draft chapter for the Second Edition of The General Theory, draft, *mimeo*, ML.
- Rima, I.H. (1991b): "Robinson and 'The Other Half' of the Keynesian Revolution" in Rima (ed.)(1991a): *The Joan Robinson Legacy*, New York, M.E. Sharpe Inc., pp. 195-208.
- Robinson, E.A.G. (1985): "The Cambridge Circus (2)" in Harcourt (ed.)(1985): *Keynes and his Contemporaries*, London, Macmillan, pp. 52-57.
- Robinson, J. (1932): "Imperfect Competition and Falling Supply Price" in *The Economic Journal*, vol. 42, dezembro, pp. 544-554.
- Robinson, J. (1933a): *The Economics of Imperfect Competition*, Londres, Macmillan. 2a. ed. 1969.
- Robinson, J. (1933b): "A Parable on Savings and Investments" in *Economica*, vol. 13, fevereiro, pp. 75-84.
- Robinson, J. (1933c): "The Theory of Money and the Analysis of Output" in *The Review of Economic Studies*, vol. 1, no. 1, outubro, pp. 22-26. Reproduzido in *CEP1: Collected Economic Papers*, vol. 1, Oxford, Basil Blackwell, pp. 52-58 e in *CME: Contributions to Modern Economics*, Oxford, Basil Blackwell, pp. 14-19.
- Robinson, J. (1937a): *Essays in the Theory of Employment*, London, Macmillan, 1937. 2a. ed. 1947, Oxford, Basil Blackwell, 3a. ed. 1969, Macmillan.
- Robinson, J. (1937b): *Introduction to the Theory of Employment*, Londres, Macmillan. 2a. ed. 1969. Ed. bras.: *Introdução à Teoria do Emprego*, R. Janeiro, Ed. Forense Universitária, 1980.
- Robinson, J. (1947): "Foreword to the Second Edition" in Robinson (1937a): *Essays in the Theory of Employment*, London, Macmillan, p. vi, 2a. edição.
- Robinson, J. (1951): "Introduction to the First Edition of Collected Economic Papers, vol. I, 1951" in *CEP1: Collected Economic Papers*, vol. 1, Oxford, Basil Blackwell, pp. vii-ix.
- Robinson, J. (1953): "'Imperfect Competition' Revisited" in *The Economic Journal*, vol. 63, setembro, pp. 579-593. Reproduzido in *CEP2: Collected Economic Papers*, vol. 2, Oxford, Basil Blackwell, pp. 222-238 e in *CME: Contributions to Modern Economics*, Oxford, Basil Blackwell, pp. 166-181.
- Robinson, J. (1958): "Il Mito della Concorrenza" in *Il Mercurio*, vol. 9, dezembro, pp. 15-20. Publicado em inglês sob o título "'Imperfect Competition' Today" in *CEP2: Collected Economic Papers*, vol. 2, Oxford, Basil Blackwell, pp. 239-245. Há tradução para o português: "A 'Concorrência Imperfeita' em Retrospecto", por Tamás Szmercsányi, *mimeo*.
- Robinson, J. (1969a): "Preface to the Second Edition of 'The Economics of Imperfect Competition': Imperfect Competition Then and Now" in Robinson (1933a), 2a. ed., 1969, pp. v-xii. Há tradução para o português por Tamás Szmercsányi, *mimeo*.
- Robinson, J. (1969b): "Preface to the Third Edition of 'Introduction to the Theory of Employment'" in Robinson (1937b): *Introduction to the Theory of Employment*, Londres, Macmillan, 3a. ed. 1969. Ed. bras.: "Prefácio à segunda edição: Trinta Anos Depois" in *Introdução à Teoria do Emprego*, Rio de Janeiro, Ed. Forense Universitária, 1980, pp. 9-14.
- Robinson, J. (1972): "Porquoi des Économistes?" in *Preuves*, vol. 12, pp. 139-148. Tradução de Georges Anovil.
- Robinson, J. (1973): "Foreword" in Kregel (1973): *The Reconstruction of Political Economy - A Introduction to Post-Keynesian Economics*, New York, Macmillan/John Wiley, pp. ix-xiii.
- Robinson, J. (1976): "Introduction" in Kalecki (1976): *Essays on Developing Economies*, Sussex, Hassocks, Harvester Press, pp. 7-13. Ed. bras.: "Introdução" in *Economias em Desenvolvimento*, tradução de Adail U. Sobral, São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988, pp. 9-15.
- Robinson, J. (1977a): "What are the Questions?" in *The Journal of Economic Literature*, vol. 15, dezembro, pp. 1318-1339. Reproduzido in *CEP5: Collected Economic Papers*, vol. 5, Oxford, Basil Blackwell, pp. 1-31 e in *FCM: What are the Questions and Other*

Essays - Further Contributions to Modern Economics, Oxford, Basil Blackwell, pp. 1-32.

Robinson, J. (1977b): "Kalecki and the Economics of Capitalism". Michal Kalecki Memorial Lecture, publicado in *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, vol. 39, fevereiro, pp. 7-18. Reproduzido in *CEP5: Collected Economic Papers*, vol. 5, Oxford, Basil Blackwell, pp. 184-196, sob o título "Michal Kalecki".

Robinson, J. (1977c): "Reminiscences" in *CME: Contributions to Modern Economics*, Oxford, Basil Blackwell, pp. ix-xxii.

Robinson, J. (1979): "Thinking about Thinking" in *CEP5: Collected Economic Papers*, vol. 5, Oxford, Basil Blackwell, pp. 110-119 e in *FCM: What are the Questions and Other Essays - Further Contributions to Modern Economics*, Oxford, Basil Blackwell, pp. 54-63.

Sawyer, M.C. (1992a): "The Relationship Between Keynes's Macroeconomic Analysis and Theories of Imperfect Competition" in Gerrard e Hillard (eds.) (1992a): *The Philosophy and Economics of J.M. Keynes*, Aldershot, Edward Elgar, pp. 107-128.

Sawyer, M.C. (1992b): "On the Relationship Between the Origins of Post-Keynesian Pricing Theory and Macroeconomics" in Arestis e Chick (eds.) (1992): *Recent Developments in Post Keynesian Economics*, Aldershot, Edward Elgar, pp. 64-79.

Sawyer, M.C. (1992c): "Prices and Pricing in the Post Keynesian and Kaleckian Traditions" in Mongiovi e Ruhl (eds.) (1992): *Macroeconomic Theory: Diversity and Convergence*, Aldershot, Edward Elgar, pp. 22-36.

Schumpeter, J.A. (1934): "Review of 'Economics of Imperfect Competition'" in *Journal of Political Economy*, vol. 42, novembro, pp. 249-257.

Shackle, G.L.S. (1951): "Twenty Years On: A Survey of the Theory of the Multiplier" in *The Economic Journal*, junho, pp. 241-260.

Shackle, G.L.S. (1967): *The Years of High Theory - Invention and Tradition in Economic Thought, 1926-1939*, Cambridge University Press. Edição brasileira: *Origens da Economia Contemporânea - Invenção e Tradição no Pensamento Econômico (1926-1939)*, traduzido por Carmen Célia Myiake, São Paulo, Hucitec, 1991.

Skouras, T. (1981): "The Economics of Joan Robinson" in Shackleton e Locksley (ed.) (1981): *Twelve Contemporary Economists*, London, Macmillan, pp. 199-218.

Sraffa, P. (1926): "The Laws of Returns under Competitive Conditions" in *The Economic Journal*, dezembro, vol. 36, pp. 535-550. Reproduzido in Stigler e Boulding (eds.) (1953): *Readings in Price Theory*, Londres, Allen & Unwin, pp. 180-197. Há tradução para o português in *Literatura Econômica* 4(1): 13-34, 1982, Rio de Janeiro, IPEA/INPES.

Straight, M. (1938): "Review of 'Introduction to the Theory of Employment' - A Basis for Reform" in *The New Republic*, 18 de maio, pp. 53-54.

Szmrecsányi, T. (1983): "Apresentação" in Robinson, Joan (1962d): *Ensaio Sobre a Teoria do Crescimento Econômico*, São Paulo, Abril Cultural, 1983, Col. Os Economistas, tradução de Paulo de Almeida, pp. 263-300.

Tobin, J. (1989): "Testimony: an interview" in Feiwel (ed.) (1989b): *The Economics of Imperfect Competition and Employment - Joan Robinson and Beyond.*, London, Macmillan, pp. 554-568.

Turner, M. (1989): *Joan Robinson and the Americans*, London, Armonk e New York, M.E. Sharpe.

Whitaker, J.K. (1989): "The Cambridge Background to Imperfect Competition" in Feiwel (ed.) (1989b): *The Economics of Imperfect Competition and Employment - Joan Robinson and Beyond*, London, Macmillan, pp. 169-196.